

Escritas da História escolar: pensamento educacional e saberes históricos no início do século XX

*Writings of School History: Educational Thought
and Historical Knowledge in Twentieth-Century Brazil*

Jonatas Roque Ribeiro*

RESUMO

Este artigo analisa a atuação do professor José Eutrópio (1886-1929) como relator de compêndios escolares de História destinados ao ensino primário em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX. Destaca como sua adesão a determinados historicismos em voga naquele período contribuiu para a elaboração de um pensamento educacional original sobre as matrizes disciplinares vigentes da História-ciência e da História escolar. Ressalta, ainda, seu papel intelectual na transformação de conteúdos teórico-científicos em ferramentas políticas no processo de construção e validação de uma noção de saber histórico escolarizado. Metodologicamente, o estudo se apoia em um amplo conjunto de fontes: legislação educacional; pareceres e inquéritos técnicos sobre aprovação de livros didáticos; relatórios das sessões do Conselho Superior de Instrução de Minas Gerais; além de artigos publicados na imprensa.

Palavras-chave: História do ensino de História; História escolar; Primeira República.

ABSTRACT

This article analyzes the work of Professor José Eutrópio (1886-1929) as a reviewer of school history compendiums aimed at the Brazilian primary education audience during the early decades of the Twentieth Century. It underscores how his engagement with prevailing historicist currents of the time contributed to shaping an original educational perspective on the disciplinary foundations of scientific History and school-based historical instruction. Finally, it emphasizes his role in transforming theoretical and scientific content into political tools in the process of constructing, or validating, a notion of institutionalized historical knowledge for schools. Methodologically, the study draws on a broad range of sources, including educational legislation, technical reports and inquiries on the approval of textbooks, as well as press materials.

Keywords: History of History Education; School History; Brazil.

* Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil. jonatas.ribeiro@ufabc.edu.br <<https://orcid.org/0000-0001-5074-4401>>

Neste artigo, estudamos aspectos da trajetória do advogado, professor, inspetor escolar e jornalista José Eutrópio (1886-1929), destacando sua atuação como membro do Conselho Superior de Instrução Pública (doravante, Conselho Superior), órgão da administração centralizada do Governo de Minas Gerais vinculado à Secretaria do Interior, na primeira metade do século XX.¹ Entre as atribuições dos membros do Conselho Superior estava emitir pareceres sobre os livros didáticos a serem aprovados e adotados pela escola primária mineira. No período em que exerceu funções técnico-pedagógicas naquele órgão administrativo do aparelho escolar, de 1919 a 1922, José Eutrópio atuou como relator dos manuais de História Pátria destinados ao ensino primário. São justamente esses pareceres e inquéritos técnicos que analisamos neste artigo.

José Eutrópio conquistou o prestigiado cargo de membro do Conselho Superior graças à sua trajetória no magistério, como professor de História no ensino secundário, de Pedagogia no curso normal, de disciplinas das humanidades no nível superior, além de inspetor escolar municipal e inspetor técnico ambulante. A partir desse lugar social, produziu um pensamento educacional original sobre debates historiográficos em voga no início do século XX, como a produção do conhecimento histórico, a constituição da memória coletiva, a formação da identidade nacional e a organização dos saberes pedagógicos e escolares. Nessa perspectiva, seus escritos oferecem indícios relevantes para compreender o caráter da história ensinada e os saberes históricos escolarizados que circulavam naquele momento.

A trajetória de José Eutrópio no magistério — sobretudo no ensino de História — convida-nos a refletir sobre quem, na Primeira República, era reconhecido como historiador profissional e, por extensão, sobre o que então se entendia por História enquanto campo disciplinar (Gomes, 1996). A consolidação da História como disciplina escolar convergiu com os interesses político-intelectuais de José Eutrópio e se tornou um exercício profissional decisivo em sua trajetória. A História-ciência, concebida como operação intelectual com a qual ele se identificava, permite considerá-lo um historiador *avant la lettre*. Assim, analisamos sua trajetória como a de um “pensador da História”, ou seja, “um crítico da historiografia, disposto a refletir sobre a matéria e a provocar os historiadores, num momento em que estes se distinguiam não por formação ou titulação, mas por práticas autodidatas e tradições intelectuais” (Gontijo, 2003, p. 134).

Autodidata em História, José Eutrópio tornou-se um “pensador da História” por meio do magistério e de sua atuação nos espaços tradicionais da produção historiográfica na Primeira República — institutos históricos e geográficos, academias literárias e associações científicas ligadas ao jornalismo. Inserida na cultura científico-intelectual da época, marcada pelo pragmatismo epistêmico e pela escassez de fundamentação teórica consistente, sua obra — dispersa sobretudo na imprensa, em crônicas, críticas e textos de ficção — explicita como se deveria escrever a História, ao menos a História escolar, num momento em que os conceitos de História e de historiador adquiriam contornos progressivamente mais científicos e menos filosóficos. Nesse contexto político-intelectual, a História escolar passou a ser compreendida como um corpo de conhecimentos sistematizado, com finalidades específicas, passível de ser ensinado e transmitido nas instituições de educação formal.

No plano metodológico, trabalhamos com um amplo leque de fontes: legislação educacional; pareceres e inquéritos técnicos sobre a aprovação de livros didáticos; relatórios das sessões do Conselho Superior; além de artigos e crônicas publicadas na imprensa. Embora originários de contextos institucionais distintos, esses documentos, tratados em conjunto, permitem investigar como José Eutrópio contribuiu para formular um estatuto epistemológico da História escolar no início do século XX, ao transformar conhecimentos científicos em saberes escolares.

A PRODUÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS ESCOLARES ENTRE A ESCOLA E A ACADEMIA

A bibliografia sobre a história do ensino de História no Brasil é ampla, não cabendo esmiuçá-la aqui (Bittencourt, 1990; Fonseca, 2003; Freitas, 2006; 2010; entre outros). Ressaltamos, contudo, que, no início do século XX, a História escolar — tanto no ensino primário e secundário quanto no curso normal de formação de professores para a instrução primária — preconizava um modo de conceber a escrita historiográfica como uma teoria de base cívico-pedagógica. Na interpretação de Patrícia Santos Hansen (2007, p. 11), isso significou que a História escolar esteve voltada para a produção de “textos cívicos que pretendiam exercer uma pedagogia moral e a função de inculcar nas crianças regras de civilidade, procurando impor um padrão de hábitos e comportamentos aos

quais os indivíduos deveriam se condicionar e que sintetizavam um ideal de homem”.

De fato, segundo pontuou Circe Bittencourt (2018, p. 137), “o ensino de História estava associado à aprendizagem por intermédio de temas articulados a um senso moral e cívico”. Essa “pedagogia da nação” (Gasparello, 2004), como fundamento teórico de uma historiografia da História escolar — inventada ainda no século XIX — espalhou-se no início do XX, no contexto de um processo mais consolidado de escolarização, quando tanto as disciplinas escolares quanto o campo disciplinar da História começaram a adquirir, paulatinamente, estatutos científicos e políticos mais bem definidos. Em muitos casos, esse conhecimento historiográfico não foi forjado a partir da escola — ou tomando tal instituição como referência primordial —, mas sim concebido tendo-a como espaço destinatário dos saberes produzidos pela ciência histórica. O “imaginário patriótico” (Costa, 2008), presente na construção da História escolar enquanto um conjunto de doutrinas historiográficas, foi frequentemente idealizado em espaços então considerados legítimos centros de saber e pesquisa no campo da História, como os institutos históricos e geográficos e as academias literárias. José Eutrópio dialogou com esse modelo de pensamento político.

Desde que fixou residência em Juiz de Fora, no início de 1915, vindo de Muriaé — sua cidade natal, ambas situadas na Zona da Mata mineira —, José Eutrópio, homem negro formado em Direito no Rio de Janeiro, dedicou-se ao magistério no ensino normal e secundário.² Nesse último, atuou com regularidade, ministrando as “matérias de ensino” História do Brasil, História Universal e História Geral na Academia de Comércio, entre 1915 e o final da década de 1920. Por meio de relações de amizade, companheirismo e laços de afeto e solidariedade com homens de letras atuantes no magistério e na imprensa, construiu sua trajetória profissional no ensino normal e no ensino superior. Esse foi o caso, por exemplo, do professor, inspetor escolar e jornalista Estevão de Oliveira, considerado por José Eutrópio como seu “mentor intelectual” (Eutrópio, 1926, p. 1).³ No início de 1917, o próprio Estevão de Oliveira publicou, nas páginas de seu jornal, o trecho de uma carta que expunha os modos pelos quais se davam as negociações entre determinada *intelligentsia* do campo educacional juiz-forano, bem como seus diferentes modos de inserção no mundo público:

Ao sr. diretor da Escola Normal Santa Cruz dirigiu o catedrático sr. Estevão de Oliveira a seguinte carta, em data de 15 do corrente: “Não me sendo possível lecionar a matéria da terceira cadeira do terceiro ano do Curso Normal (Pedagogia Prática e Organização Escolar), tenho a honra de propor, para que me substitua, o nome do ilustre pedagogo de extraordinária cultura e refinamento, dr. José Eutrópio, de reputação conhecida, com sabidos predicados e competência” (Oliveira, 1917, p. 2).

De modo semelhante, José Eutrópio vislumbrou, no ofício de professor do ensino superior, não apenas uma fonte de sustento financeiro, mas também uma oportunidade de construir vivência e visibilidade intelectual e política, além de elaborar um pensamento educacional capaz de influenciar positivamente a opinião pública. Sua atuação como professor da cadeira de Economia Política da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, entre 1918 e o final da década de 1920, pode ser interpretada sob essa perspectiva.⁴ De fato, José Eutrópio fez do “ofício de ensinar”, isto é, “de uma profissão intelectual que não afastava seus portadores do grupo dos letrados, mas que agregava uma conotação específica – o magistério” (Gasparello; Villela, 2009, p. 56), um espaço de produção de uma idealização de intelectualidade, pautada nas concepções de academicismo e doutorismo em voga nas primeiras décadas do século XX.

Tal comportamento intelectual e pensamento educacional, construídos e vivenciados por meio do magistério, não se restringiram ao ofício da docência, mas também se consolidaram no exercício da inspeção escolar. Em agosto de 1915, José Eutrópio foi nomeado, pelo governo de Minas Gerais, inspetor escolar municipal e distrital e, no início de 1918, obteve o provimento para o cargo de inspetor técnico ambulante — funções que exerceu com regularidade, ainda que com algumas intermitências, até o final da década de 1920 (Secretaria [...], 1915, p. 1; Secretaria [...], 1918, p. 5). Enquanto agentes políticos, os inspetores escolares desempenharam papel significativo na conformação do campo educacional mineiro ao longo da Primeira República. Na interpretação de Luciano Mendes de Faria Filho:

Estabelecer uma política educacional em Minas Gerais na Primeira República não significou apenas dotar o estado das sempre aclamadas “atualíssimas” leis de instrução. Significou, também, constituir todo um aparato técnico-burocrático para lidar com um serviço que, por sua vez, constituía-se cada vez mais como um

posto de trabalho para um número cada vez maior de pessoas. Ou seja, significou recrutar e empregar pessoas, criar estruturas de poder e saber e desenvolver uma verdadeira economia política da educação no âmbito do aparelho estatal (Faria Filho, 2008, p. 83).

Foi a partir desse lugar profissional-intelectual, e também por meio de sua inserção e permanência em centros de saber e pesquisa, que José Eutrópio passou a pensar a escola e os processos de escolarização como espaços de produção de saberes históricos escolares com características originais; ou seja, a compreensão dessas “matérias de ensino” como formas de cultura escolar. Antes de prosseguir na análise de sua presença nas instituições científico-literárias das primeiras décadas do século XX, cabe um parêntese: os comportamentos políticos que procurou construir e vivenciar não podem ser dissociados de sua condição racial, tampouco da forma como percebia e experienciava o mundo a partir de sua existência como pessoa negra.⁵ Atentar para a complexidade dessa questão pode oferecer elementos para problematizar a dimensão social da ação política e do pensamento educacional de José Eutrópio sobre a História escolar.

Há certa dificuldade em se fazer afirmações categóricas sobre a forma como José Eutrópio vivenciou o complexo e sinuoso processo de construção identitária enquanto pessoa negra. Nessa perspectiva, temos buscado estudar tais aspectos de sua biografia menos como uma tentativa de definir uma consciência racial pronta e acabada, e mais como um esforço para compreender de que modo a negritude pode ter sido uma condição social vivida com diferentes graus de percepção e entendimento, sempre situada no campo dinâmico e mutável das subjetividades, identificações e identidades (Ribeiro, 2024). Esse comportamento político não significou que José Eutrópio tenha negado ou rejeitado sua condição racial como elemento diacrítico fundamental de sua produção político-intelectual. Seu pensamento educacional, inclusive, revela uma leitura social atravessada por alguma dimensão racial — subjetiva ou política —, uma vez que os problemas educacionais por ele identificados foram analisados em diálogo com ideias oriundas do que se compreendia como pensamento negro sobre raça no início do século XX.

Não há espaço, neste momento, para tratar de forma adequada das discussões sobre raça, hierarquias e desigualdades raciais, nem mesmo das atitudes e práticas discriminatórias de base racial presentes no pensamento educacional

de José Eutrópio, forjado em sua atuação no magistério. No caso de sua produção intelectual sobre a História escolar, especialmente aquela desenvolvida a partir de sua participação no Conselho Superior, embora não haja referências explícitas a questões que ele considerava imprescindíveis para o funcionamento dessa disciplina, como os conteúdos e métodos de ensino, entendemos que esse exercício intelectual, bem como as ideias pedagógicas dele derivadas, foi condicionado — e, ao mesmo tempo, condicionou — o debate com certas correntes das teorias raciais e com diversas expressões de ideologias raciais em circulação nos meios científicos e intelectuais do início do século XX.

Uma das características intelectuais do pensamento educacional de José Eutrópio foi deslocar o debate sobre raça do plano dos determinismos biológicos, tão presentes e cada vez mais enraizados nos círculos acadêmicos e na literatura científica do início do século XX, para o plano histórico-social. Esse deslocamento também orientou sua reflexão sobre o papel político da escola primária e dos processos de escolarização em uma sociedade estruturada por formas racializadas de organização social, como a brasileira. Por isso, no estudo de suas ideias pedagógicas, adotamos o conceito de intelectual negro como recurso teórico, conceitual e epistêmico para investigar o conjunto de sua produção intelectual e os tipos de intervenção na cena pública que ele buscou construir enquanto mediador cultural. Na interpretação de Matheus Gato:

Para uma análise interessada em compreender a constituição de intelectuais negros, a exigência metodológica é discernir, para cada caso particular, os constrangimentos e os privilégios implicados no exercício da “função de intelectuais” e, entre estes, a relevância ou não da raça [...]. Em sociedades racializadas, historicamente marcadas pela escravidão e colonialismo, nas quais a circulação de capitais econômicos e simbólicos forja a existência e a hierarquia entre os grupos de cor, as práticas descritas como intelectuais e as formas de distinção social que as mesmas constituem também são valoradas em relação à ordem racial (Gato, 2023, p. 187-188).

Fechado o parêntese, retomemos a análise da atuação intelectual de José Eutrópio nos espaços científico-literários das primeiras décadas republicanas, onde diferentes — e por vezes divergentes — concepções de História-ciência e de História escolar foram forjadas e disputadas. Entre as “microsociedades da intelectualidade”, ou seja, “locais de sociabilidade e organização político-inte-

lectual”, segundo Mônica Pimenta Velloso (1996, p. 42-47), das quais José Eutrópio fez parte, estava a Academia Mineira de Letras (AML).⁶

Ao longo de 1919, José Eutrópio participou, na condição de convidado — e não como membro “imortal” — de um ciclo de conferências promovido pelo “Silogeu” mineiro. Na imprensa, a instituição literária anunciou que “instituir[ia] uma série de conferências mensais sobre vários assuntos de interesse social, intelectual e internacional, que ocorrer[iam] no salão do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, [com] entrada franca” (Academia, 1919, p. 1). O programa geral contou com palestras de José Eduardo da Fonseca (“Evaristo Ferreira da Veiga, o Patriarca da Imprensa”), Heitor Guimarães (“A literatura mineira”), Lindolfo Gomes (“Contos populares de folclore”) e Carlos Góes (“O dialeto mineiro: gramática e vocabulário”).⁷ José Eutrópio, por sua vez, organizou um colóquio sobre o tema “Metodologia do Ensino da História e de Geografia”, que, segundo a imprensa, teve “grande concorrência” e, “durante uma hora, aquele professor prendeu a atenção do auditório” (Conferências, 1919, p. 2). Apesar da ausência de registros detalhados sobre o conteúdo da conferência, seu título já revela os interesses do autor por formas de vulgarização e, sobretudo, de didatização dos saberes históricos escolares.

Tanto José Eutrópio quanto a própria AML pareciam empenhados em transformar determinados espaços científico-literários em instrumentos de divulgação e universalização de uma concepção específica de saber científico, o que pode ser observado nos títulos das demais palestras da série de conferências. De fato, assim como ocorreu com outras associações literárias congêneres, como, por exemplo, o Arquivo Público Mineiro (Antunes; Silveira, 2007; Medeiros; Araújo, 2007; Parrela, 2012), a AML investiu na produção de um passado e de uma memória coletiva comuns à constituição da nação — um exercício político considerado necessário para o estabelecimento de um imaginário de povo e de sociedade. A História escolar, por esse viés, configurou-se como uma especificidade da História-ciência, amplamente empregada na construção de projetos políticos no âmbito dessas associações científico-literárias.

Não foi apenas por meio da convivência intelectual na Academia Mineira de Letras que José Eutrópio construiu e ampliou suas concepções sobre estilo e método historiográficos, especialmente em relação à História escolar, estabelecendo, assim, diferentes usos políticos dos saberes históricos que circulavam à época. Em dezembro de 1919, ele submeteu uma proposta de filiação ao Insti-

tuto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), que foi acolhida pela então tradicional instituição científica. O *Correio de Minas*, no qual José Eutrópio atuava como repórter, anunciou entusiasticamente a novidade. Assim, informou aos leitores que aquele “confrade” havia sido “escolhido para o honroso lugar de sócio correspondente do Instituto Histórico de Minas Gerais”. A notícia divulgava ainda que o parecer do “egrégio instituto” reconhecia a “completa idoneidade” de José Eutrópio, qualificando-o como um “professor meritoso e autor de valiosos trabalhos históricos” (Instituto [...], 1920, p. 2).

Além da qualificação positiva e distintiva que o título de sócio correspondente do IHGMG poderia proporcionar como forma de reconhecimento social de sua atuação político-intelectual, é possível que José Eutrópio também estivesse afinado com a cultura histórica e os modelos historiográficos de escrita da história elaborados no âmbito daquela instituição científica (Silva, 2010; Gonçalves; Nicolazzi, 2014; Silva, 2017). A seguir, veremos que José Eutrópio estabeleceu diálogos com a *historia magistra vitae* (a história mestra da vida), isto é, um regime de historicidade fundamentado na tese de que determinadas experiências e exemplos pretéritos ofereciam referencial legítimo para a compreensão da História. Essa “retórica da nacionalidade” (Cezar, 2003), tão cara aos historicismos surgidos no contexto da constituição do Estado republicano brasileiro, foi profundamente cultivada e celebrada na cultura histórica do IHGMG, especialmente na produção e circulação de conhecimentos sobre uma história regional a partir de uma perspectiva regionalista.

De fato, os primeiros anos do século XX configuraram uma conjuntura política em que determinados imaginários da “mineiridade” foram frequentemente (re)elaborados a partir dos modelos científicos das escolas históricas então existentes (Ramalho, 2015). Os paradigmas historiográficos forjados em espaços como o IHGMG, o APM e a AML estabeleceram certas narrativas como fundamento histórico da — e para a — história, memória social e identidade de Minas Gerais, que, por sua vez, deveriam tornar-se uma espécie de premissa epistêmica para a construção de uma história geral do Brasil. Tais teorias da História informaram o modo como José Eutrópio pensou, ensinou e divulgou conhecimentos sobre os saberes históricos escolares, não apenas em seu pensamento educacional, mas também no exercício no magistério. Sob essa perspectiva, ele foi um intérprete desse modelo de pensar e compreender a História e o trabalho do historiador.

A HISTÓRIA ESCOLAR DE UM “EMINENTE PEDAGOGISTA” E “ABALIZADO ENSAÍSTA DA HISTÓRIA”

Foi por meio de sua vinculação ao IHGMG, bem como de sua atuação como inspetor escolar e membro do Conselho Superior, que José Eutrópio assinou alguns artigos de crítica na seção “Publicações” do *Minas Geraes*, no ano de 1920. Tratava-se de um espaço do jornal oficial do Governo de Minas Gerais dedicado à exposição de breves resumos e sinopses de livros, cartilhas e revistas recebidos pelo periódico. Não há registros no *Minas Geraes* sobre os procedimentos editoriais para a escolha dos colaboradores que assinavam tal seção, mas localizamos artigos subscritos por José Eutrópio, os quais discorreram sobre “Pedagogia Moderna” e “ciências da educação”. Em um desses textos, ele discutiu “a natureza comum do processo educativo” que, em sua leitura, referia-se à “Pedagogia com as suas indispensáveis filosofias de ensino”. Em seu argumento, afirmou que:

A Pedagogia Moderna não é e nem pode ser mais a pedagogia de regras e prescrições sem fundamento na experiência. Quanto mais se estendem as conquistas da ciência, mais se vai exigindo do mestre primário, e mais se quer que ele transmita, em noções concretas, aos seus discípulos atos educativos baseados em uma segura ciência educativa. [Em resumo], a prática da arte de ensinar é efetivamente um processo, porque constitui uma série de passos para a realização de um fim (Eutrópio, 1920a, p. 7).

Foi na atuação como professor das “matérias de ensino” Pedagogia Prática e Organização Escolar, na Escola Normal Santa Cruz (Juiz de Fora), que a leitura sobre metodologia e processos do ensino se refletiu em aspectos concretos de sua prática docente. Sua avaliação da “prática da arte de ensinar” visava estabelecer premissas para ordenar, regular e controlar o conteúdo a ser ministrado, evidenciando um processo de escolarização da Pedagogia como disciplina. De fato, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um movimento — rarefeito — de autonomização da Pedagogia, tanto como ciência da educação (campo disciplinar) quanto como saber escolarizado para a formação docente (Warde, 1997; Carvalho, 2006; Pintassilgo, 2006; Trevisan, 2011; Boto, 2012; Turci, 2012). Na condição de “matéria de ensino” ou “conteúdo de ensino”, a Pedagogia ainda não se apresentava como uma disciplina escolar funda-

mentada em regras de funcionamento, métodos pedagógicos e base teórica consistentes. Tratava-se, antes, de um conjunto de saberes — como metodologia, prática e organização escolar — voltado a delinear um perfil profissionalizante para o curso normal.

Ao que tudo indica, a Pedagogia de José Eutrópio seguia uma linha teórico-científica que compreendia os métodos e processos de ensino, isto é, a didática, como uma manipulação dos meios de ensinar. Em estreito diálogo com essas concepções, formuladas a partir de sua prática pedagógica e do exercício da docência, José Eutrópio refletiu sobre a constituição da História escolar em suas relações com o processo de formação de professores primários e com a profissionalização docente. Esse foi o tema de seu segundo artigo publicado na seção “Publicações” do *Minas Geraes*. Nesse texto, argumentou que:

A História escolar é uma ciência da educação, repositório de experiências do povo brasileiro que interessa ao presente, como curiosidade e lição de fatos e, ao futuro, nas assimilações, comparações e, talvez, deduções necessárias. Os conteúdos desta matéria de ensino devem ser tratados historicamente, isto é, no seu desenvolvimento e evolução no tempo e no espaço: as lições do patriotismo e o culto dos grandes homens devem evitar as declamações sem prova ou a idolatria irracional, incapaz de crítica e juízo. O ensino deve ser auxiliado por mapas, gravuras, desenhos e outros meios visuais de representação e evocação necessários, em acordo com os recentes métodos de ensino e técnicas pedagógicas (Eutrópio, 1920b, p. 4).

Esse foi um exercício de tentativa de (re)definição do papel da História escolar voltada ao ensino primário. Assim como tantos outros “pensadores da História” daquele contexto, José Eutrópio procurou elaborar uma estratégia discursiva de narração histórica fundamentada nas relações entre conteúdo e método de ensino-aprendizagem. Tal “método de ensinar” tinha como referencial historiográfico a construção de um corpo de saberes orientado para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade por meio de uma educação cívico-patriótica — elementos que ele considerava como parte de uma filosofia da História escolar. Foi a partir desse modo de metodizar, praticar e ensinar a História escolar que José Eutrópio desempenhou suas funções como membro do Conselho Superior de Instrução.

Nomeado em outubro de 1919 (Secretaria [...], 1919, p. 1), ele ingressou

nessa seção da Inspetoria Geral de Instrução em razão de sua atuação como inspetor regional de ensino, conforme previa o Regulamento Geral da Instrução de Minas Gerais (1911). Entre os dispositivos dessa norma legal estavam as atribuições dos membros do Conselho Superior, como, por exemplo, “emitir parecer a respeito de compêndios e aparelhos didáticos” e “organizar a relação dos compêndios aprovados para o ensino público, bem como a dos livros a serem adotados em cada um dos quatro anos do curso primário” (Minas Geraes, 1911, p. 175-176).⁸

Durante o ano de 1920, período em que José Eutrópio atuou como relator da Comissão de Compêndios de História Pátria, ele e seus colegas do Conselho Superior — Nelson Baptista, Jacques Maciel, Aurélio Pires, Domiciano Rodrigues Vieira, José Rangel, Arthur Joviano, Alípio Peres e Francisco Lins —, juntamente com o Secretário do Interior Afonso Pena Júnior, o diretor da Secretaria de Instrução Arthur Eugênio Furtado e o secretário do Conselho Superior Claudionor Lopes de Oliveira, analisaram 46 processos: 41 disciplinares e 5 referentes a livros e aparelhos didáticos. Como resultado, foram aplicadas 13 exonerações, 4 remoções, 1 desclassificação e 1 admoestação; também foram proferidas 9 absolvições, e 1 processo foi arquivado, conforme informou o relatório semestral do então presidente de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes (Minas Gerais, 1921, p. 55-56).

O parecer de José Eutrópio sobre os “compêndios de História Pátria para uso das escolas públicas de instrução primária” foi apresentado integralmente nos relatórios do Conselho Superior no segundo semestre de 1920. No exercício de suas funções como relator, asseverou ter “analis[ado] os livros em acordo com os critérios comuns delineados no Regimento do Conselho de Instrução e no decreto n. 1.947 de 1906: boa linguagem, propriedade do assunto e o método de exposição” (Eutrópio, 1920c, p. 6).⁹ Essas diretrizes orientaram a avaliação que fez de *Contos morais e cívicos do Brasil*, de Carlos Góes (1916), então professor do Ginásio Mineiro. Antes de destacar as qualidades do livro, José Eutrópio indicou o que considerava ser a principal função educativa desse tipo de material pedagógico — uma tarefa que, segundo ele, seus autores deveriam cumprir com rigor. Nas suas palavras:

Um bom livro de História escolar é o melhor instrumento didático nas mãos de um mestre de capacidade. Infelizmente, a bibliografia histórica destinada à

instrução cívica da nossa infância é ainda bem diminuta nessa matéria. Possuímos poucos livros didáticos para a instrução primária de cunho caracteristicamente historiográfico. São raros aqueles que, como o excelente *Rudimentos de História Pátria* e o formoso *Histórias da terra mineira*, realizam as aspirações pedagógicas de educar através de ensinamentos morais e cívicos que a História apresenta a nu (Eutrópio, 1920c, p. 6).¹⁰

Citar manuais escolares de História Pátria em sua avaliação pode indicar tanto as fontes nas quais José Eutrópio buscava inspiração para seu ofício docente quanto uma forma de estabelecer os parâmetros que, a seu ver, definiriam um livro didático de qualidade para o público da instrução primária. Ao mencionar *Rudimentos de História Pátria* (1909), de seu amigo Estevão de Oliveira, e *Histórias da terra mineira* (1913), também de autoria de Carlos Góes, José Eutrópio procurou, ainda, estabelecer um modelo de referência para a escrita da História escolar, delimitando, assim, as fronteiras epistemológicas desse ramo da História-ciência e das ciências da educação. Vejamos o que — e como — ele analisou em *Contos morais e cívicos do Brasil*:

É um livro que fala à alma não só da criança, como também dos próprios educadores, através das páginas estuantes que nos apresentam episódios históricos, habilmente feitos, do nosso passado, lindos versos de seleção criteriosa, personagens a quem o Brasil, nas ciências, nas artes, na literatura e no patriotismo deve homenagens sempiternas; que nos fotografavam tipos dos nossos patrícios da vida laboriosa dos campos, das indústrias e do comércio (Eutrópio, 1920c, p. 6).

Nesse trecho, José Eutrópio procurou, dentro dos limites de um relatório técnico, dar destaque aos conteúdos a serem ensinados e às formas de apropriação sugeridas pela obra didática, fosse pelas crianças ou pelos professores. Um exemplo disso, segundo ele, foi o fato de:

O livro [estar] escrito em linguagem acessível à inteligência escolar. O autor soube primorosamente conseguir esse objetivo sem privar a obra da vibração artística tão propícia à sua educação. É caracteristicamente um livro escolar e com o intuito muitíssimo louvável de fazer a História do povo brasileiro conhecida e amada da sua gente, [pois], não ensina somente os passos de nossa História, mas também oferece um programa de ensinamentos que educam, instruem, formam, preparam,

plasmam, afeiçoam e habilitam o indivíduo para a sociedade para que possam cumprir fielmente os seus deveres da vida política (Eutrópio, 1920c, p. 6).

Além de ressaltar a “didaticidade pautada numa sistematização útil” presente na elaboração do livro — característica que, como vimos anteriormente, era um elemento metodológico primordial para a História escolar na concepção de José Eutrópio —, ele defendeu, em sua avaliação, a orientação de que conteúdos humanísticos, como a História, desempenhavam um papel relevante na formação das consciências individuais e coletivas das crianças. O livro de Carlos Góes, ao que tudo indica, cumpria esse propósito, sendo, por isso, aprovado na avaliação de José Eutrópio. Resultado semelhante se deu com *Nossa Pátria* (1917), de Rocha Pombo, então professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, também objeto de sua análise técnica:

O sr. Rocha Pombo obedeceu, na organização das lições dadas em seu compêndio, ao programa oficial para o ensino de História nas escolas primárias, e o fez, usando de uma linguagem clara e correta, ao alcance de todas as inteligências, sem confusão, sem excessos de datas que sobrecarreguem a memória das crianças e, sobretudo, precisando os fatos, estabelecendo-lhes as ligações, explicando-os convenientemente, procurando-lhes as causas e trazendo-lhes as conseqüências. Consta de variadas lições, metodicamente explicadas, e traz um proveitoso e bem organizado estudo sobre vultos e lugares históricos notáveis de nossa pátria. O livro do sr. Rocha Pombo é um auxiliar importantíssimo no ensino da História Pátria, e está escrito num estilo correto e ao alcance da psicologia da infância, apesar dos lapsos de revisão (Eutrópio, 1920c, p. 7).

Destacamos que, na análise desse livro em particular, José Eutrópio demonstrou preocupação em apresentar aos seus colegas do Conselho Superior as características que, a seu ver, o tornavam um “auxiliar importantíssimo no ensino da História Pátria”, especialmente suas possibilidades historiográficas para organizar uma macronarrativa da história do Brasil, sem, no entanto, descuidar das peculiaridades regionais. Assim, o livro de Rocha Pombo — uma narrativa que contemplava a história “geral” do Brasil — complementava a proposta político-historiográfica da obra de Carlos Góes, cuja abordagem partia das experiências históricas do povo mineiro, em uma narrativa manifestamente regionalista, para escrever a história do Brasil. Nesse sentido, a História esco-

lar era compreendida, na perspectiva *eutropiana*, como uma ciência voltada para as “aprendizagens elementares dos nossos passados” (Eutrópio, 1920c, p. 7), a partir das quais se aprenderia a viver o presente e, sobretudo, a transformá-lo, com vistas à projeção de um futuro idealizado. Essa orientação tomava como referência política a noção de local e regional como canais de integração a uma história geral.

Na avaliação de conjunto, José Eutrópio ponderou que “em rigor, raros [eram] os livros que satisfaz[iam] em toda linha aos requisitos essenciais das obras didáticas”. Esse foi o caso de *Súmula da História Pátria* (1918), obra da qual o parecerista mencionou apenas o título, a autoria e o ano de publicação, sem oferecer outros dados, ao contrário do que ocorrera com os demais livros analisados.¹¹ O compêndio do professor José Soares das Neves foi considerado “muito falho em vários sentidos”:

A narração de um livro didático de história pátria destinado às nossas crianças deve comprometer-se ao ensino dos sucessos mais significativos de nosso povo, numa linguagem historiográfica, mormente na forma de contos, evitando o estilo da prosa ou divagação literária. A História Pátria é uma ciência que deve esclarecer a consciência e infundir o sentimento, respeitando, o mais que for possível, a memória e o raciocínio da psicologia infantil. O método intuitivo, na sua marcha analítica, condena, de uma vez por todas, este arcaísmo de que ensinar a História é, quase exclusivamente, decorar. O material didático é infelizmente muito falho neste sentido (Eutrópio, 1920c, p. 8).

Nessa avaliação, José Eutrópio considerou problemáticas as relações entre narrativa histórica e prosa literária. Partindo do pressuposto de que uma obra didática era uma ferramenta pedagógica atravessada por marcadores ideológicos, ele sustentava que o autor desse tipo de livro — especialmente os de História — deveria recorrer ao trabalho narrativo de interpretação do passado com isenção e objetividade, evitando, assim, que seus juízos de valor interferissem na análise da realidade investigada, e resguardando-se do risco de apresentar versões caricaturais das experiências históricas. Por esse viés, a análise de José Eutrópio abria espaço para uma reflexão mais sistemática sobre a relação entre objetividade e subjetividade nas diferentes perspectivas historiográficas que então conformavam a História-ciência e, em especial, a História escolar. Esse raciocínio reaparece em outras passagens de sua análise da *Súmula da História Pátria*:

Em uma obra científica dessa natureza, terão inevitavelmente de ser seguidos os cânones, que a ciência da educação estatui. Um dos pontos de grande monta, em uma obra escolar de História, é a linguagem didática pródiga em naturalidade, simplicidade, sobriedade e elegância, segundo as lições de *Metodologia da História*, de Jonathas Serrano [...]. O livro do sr. José Soares das Neves é, em vários pontos, criticável. Causa pavor a preleção massuda, monótona, sem relevância calor. Martírio para as crianças e, inclusive, para os mestres. Na obra, visou-se mais a forma do que o intuito didático (Eutrópio, 1920c, p. 8).

Além de apontar “imperfeições tipográficas”, José Eutrópio também teceu críticas à escrita historiográfica adotada no livro. Uma delas dizia respeito ao debate sobre o potencial que a obra oferecia para o desenvolvimento da capacidade intelectual de memorização, além do exercício mnemônico de simplesmente decorar. De fato, a prática de decorar mecanicamente conteúdos de ensino, sem propósito cognitivo ou fundamento pedagógico, era alvo de críticas por parte de educadores mais progressistas no início do século XX (Bittencourt, 2018). Não por acaso, José Eutrópio citou a obra de Jonathas Serrano (2017), defensor de novas metodologias para o ensino de História, como a aprendizagem voltada ao estímulo da consciência e à interação dos estudantes com os conhecimentos históricos. Ademais, o conteúdo histórico e seu exercício analítico, tal como apresentados no livro do professor José Soares das Neves, foram igualmente avaliados pela pena de José Eutrópio:

A obra [foi] escrita numa linguagem historiográfica repudiada pelo testemunho dos arquivos [...]. Um estudo de História Pátria deve ser iniciado por meio de descrições simples dos episódios mais interessantes da vida de homens notáveis. É sempre conveniente munir-se de retratos e figuras que representem os acontecimentos que se vão descrever [...]. [Esse era um meio de] livrar o ensino dos excessos da preleção e da cronologia progressiva (Eutrópio, 1920c, p. 8).

Ou seja, para José Eutrópio, havia poucos elementos de um saber histórico escolar presentes nessa obra didática. Sua análise sugere que, entre literatura e realidade, e entre história e ficção na escrita de manuais didáticos de História, os limites pareciam tênues. Assim, uma característica fundamental do que então se compreendia por teoria da História aparece em sua avaliação: a ideia de

que todo trabalho historiográfico deveria primar pela correspondência entre o relato (verdade empirista) e a realidade (fato concreto).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O então secretário do Conselho Superior, Claudionor Lopes de Oliveira, informou que o “parecer geral” apresentado por José Eutrópio foi “posto em discussão e aprovado unanimemente, sem restrições”. Pontuou, contudo, que “só na falta de livros aceitáveis em tudo se admit[iria] a adoção provisória dos com defeitos” (Conselho, 1920, p. 6). Os membros do Conselho Superior reconheceram, assim, não apenas o cumprimento dos deveres e das obrigações inerentes ao cargo exercido por José Eutrópio, mas também sua habilidade e expertise como um “pensador da História”. Tal validação reapareceu por ocasião de seu desligamento do quadro de membros do Conselho Superior, ocorrido em setembro de 1922. Naquela oportunidade, “o sr. dr. Nelson Baptista propôs se consignasse um voto de pesar pela retirada do sr. dr. José Eutrópio”, adjetivado como um “eminente pedagogo, altamente considerado por seus talentos de abalizado ensaísta da História e pelos seus longos anos de frutíferos trabalhos dedicados à causa da instrução pública” (Conselho [...], 1922, p. 1).

José Eutrópio se esforçou para fazer de seu pensamento educacional um gesto político de pensar epistemologicamente a matriz disciplinar então vigente da História-ciência e da História escolar. Isso significou transformar conteúdos teórico-científicos em ferramentas políticas no processo de construção, ou validação, de uma noção de saber histórico escolarizado. A adesão a uma concepção de *historia magistra vitae* e aos historicismos cívico-pedagógicos em voga no início do século XX revela como José Eutrópio compreendia os modos pelos quais a História escolar poderia servir à reflexão sobre a experiência vivida e sua memória. O estudo do seu pensamento educacional, nesse sentido, constitui um convite a refletir sobre como “pensadores da História” construíam diagnósticos políticos de suas próprias épocas, em vez de apenas representações de passados e eventos pretéritos.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Mineira de Letras. *O Pharol*, Juiz de Fora, p. 1, 10 abr. 1919.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antônio. Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-10, 2007.
- BASTOS, Wilson de Lima. *Academia de Comércio, o primeiro Instituto Superior de Comércio no Brasil*: subsídios para a história e a historiografia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1982.
- BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho*: o ensino de história nas escolas paulistas. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- BITTENCOURT, Circe. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A instrução pública primária na fala da elite mineira (1892-1898)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BOTO, Carlota. Compêndios pedagógicos de Augusto Coelho (1850-1925): a arte de tornar ciência o ofício de ensinar. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 9-60, 2012.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Livros e revistas para professores: configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: PINTASSILGO, Joaquim (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil*: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Colibri, 2006, p. 141-174.
- CÉSAR, José Vicente. *História da Academia do Comércio*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1991.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 73-94, 2003.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “Europa dos pobres”*: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1994.
- CONFERÊNCIAS da Academia Mineira de Letras. *O Pharol*, Juiz de Fora, p. 2, 22 ago. 1919.
- CONSELHO Superior de Instrução Pública. *O Pharol*, Juiz de Fora, p. 1, 17 out. 1922.
- CONSELHO Superior de Instrução. *Relatórios do Conselho Superior de Instrução (ago./set./out. 1920)*. Belo Horizonte: Inspeção da Instrução, 1920.
- COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa. *Saber acadêmico e saber escolar*: História do Brasil da historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX. Dissertação

- (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- EUTRÓPIO, José. Ciências da educação. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, p. 4, 1 dez. 1920b.
- EUTRÓPIO, José. Estevão de Oliveira. *Correio de Minas*, Juiz de Fora, p. 1, 18 ago. 1926.
- EUTRÓPIO, José. Inquérito dos compêndios de História Pátria para uso das escolas públicas de instrução primária. In: *CONSELHO Superior de Instrução. Relatórios do Conselho Superior de Instrução (ago./set./out. 1920)*. Belo Horizonte: Inspeção da Instrução, 1920c, p. 6-8.
- EUTRÓPIO, José. Pedagogia Moderna. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, p. 7, 14 ago. 1920a.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 77-97.
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil* (volume 2). São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a Pedagogia da Nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, [S. l.], v. 9, n. 3 [21], p. 39-60, 2009.
- GATO, Matheus. Intelectuais negros. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex (Orgs.). *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 187-193.
- GÓES, Carlos. *Contos morais e cívicos do Brasil: episódios reais da vida e da história nacional*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.
- GÓES, Carlos. *Histórias da terra mineira*. Belo Horizonte: Tipografia Beltrão, 1913.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. Inventando a historiografia mi-

- neira: o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua “primeira fase”, 1907-1927. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 93-109, 2014.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: “pensador da História” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 129-154, 2003.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- INSTITUTO Filomático. *A Época*, Rio de Janeiro, p. 3, 27 out. 1912.
- INSTITUTO Histórico de Minas Gerais. *Correio de Minas*, Juiz de Fora, p. 2, 26 mai. 1920.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A história de Minas como História do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 22-37, 2007.
- MINAS GERAIS. Decreto n. 1.947, de 30/09/1906: aprova o Programa do Ensino Primário. In: MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais em 1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906, p. 105-149.
- MINAS GERAIS. Decreto n. 3.191, de 09/06/1911: aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado de Minas Gerais. In: MINAS GERAIS. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais em 1911*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p. 165-296.
- MINAS GERAIS. *Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado, dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua 3ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura do ano de 1919*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1921.
- OLIVEIRA, Estevão de. Escola Normal Santa Cruz. *Correio de Minas*, Juiz de Fora, 20 jan. 1917.
- OLIVEIRA, Estevão de. *Rudimentos de História Pátria*. Juiz de Fora: Tipografia do Correio de Minas, 1909.
- PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma História da Pátria regional: Arquivo Público Mineiro, 1895-1937*. São Paulo: Annablume, 2012.
- PINTASSILGO, Joaquim. Os manuais de Pedagogia no primeiro terço do século XX: entre a tradição e a inovação. In: PINTASSILGO, Joaquim (Org.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Colibri, 2006, p. 175-199.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *Nossa pátria: narração dos fatos da História do*

- Brasil através de sua evolução com muitas gravuras explicativas. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1917.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 8, n. 18, p. 248-265, 2015.
- RIBEIRO, Jonatas Roque. Letras políticas: produção cronística de um intelectual negro na imprensa dos anos 1920. *História Social*, [S. l.], v. 19, n. 27/28, p. 412-445, 2025.
- RIBEIRO, Jonatas Roque. O construir-se de sujeitos negros: José Eutrópio, trajetórias e agências negras no pós-abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 69, p. 259-310, 2024.
- SECRETARIA do Interior. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, p. 1, 16 out. 1919.
- SECRETARIA do Interior. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, p. 1, 28 ago. 1915.
- SECRETARIA do Interior. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, p. 5, 3 mar. 1918.
- SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais para o ano de 1913*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913.
- SERRANO, Jonathas. *Metodologia da História na aula primária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
- SILVA, José Tadeu Júlio da. *José Eutrópio: com todas as letras*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- SILVA, Mariana Vargens. *O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e a escrita da história do Brasil republicano*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, Rodrigo Machado da. Diogo de Vasconcellos e o IHGMG: os parâmetros para a História de Minas Gerais. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 3, n. 5, p. 247-263, 2010.
- TREVISAN, Thabatha Aline. *História da disciplina Pedagogia nas Escolas Normais do Estado de São Paulo (1874-1959)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.
- TURCI, Deolinda Armani. Os conteúdos da matéria de Pedagogia nas escolas normais mineiras do final do século XIX: ideias do moderno e da modernidade. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil (séculos XIX e XX)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 151-166.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

WARDE, Mirian Jorge. Por uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cezar de; MONARCHA, Carlos (Orgs.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 311-332.

YAZBECK, Dalva. *As origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

NOTAS

¹ Os autores agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2022/15052-5).

² José Eutrópio nasceu e foi criado no distrito de Boa Família, em Muriaé. Deixou a cidade ainda muito jovem para se dedicar aos estudos em outros centros urbanos, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Regressou à terra natal em 1909, após concluir o curso de Direito na então capital federal. A partir daí, dedicou-se ao magistério no ensino secundário e normal, com passagens por instituições como o Instituto Filomático Mineiro e o Ginásio e Escola Normal de São Paulo do Muriaé (Instituto, 1912, p. 3; Senna, 1913, p. 523). Para a biografia de José Eutrópio, consultar Jonatas Roque Ribeiro (2024).

³ Entre 1915 e 1929, José Eutrópio atuou como revisor técnico, repórter, cronista, editor-chefe e colaborador (nessa ordem) do Correio de Minas, jornal fundado por Estevão de Oliveira em 1894, e administrado por ele e por seus filhos Itagyba e Inimá de Oliveira (Ribeiro, 2025).

⁴ Fundada em 1914, a Escola de Engenharia de Juiz de Fora integrava o complexo educacional da Academia de Comércio (1884), mantida, por sua vez, pela Congregação do Verbo Divino. Além dos cursos superiores de Engenharia e Ciências Comerciais, a instituição oferecia o curso comercial (profissional) de Guarda-Livros. Sobre a trajetória desses estabelecimentos de ensino, ver: Wilson de Lima Bastos (1982), José Vicente César (1991), Maraliz de Castro Vieira Christo (1994, p. 69-100) e Dalva Yazbeck (1999, p. 42-54 e 67-73).

⁵ O estudo de José Tadeu Júlio da Silva (2018) apresenta uma perspectiva analítica distinta da adotada aqui. Segundo o autor, José Eutrópio conviveu com a ideologia do embranquecimento presente nos círculos intelectuais do início do século XX e a assimilou tanto como comportamento político quanto como hábito social, os quais serviram de base para a autorrepresentação de sua trajetória intelectual.

⁶ Para uma análise historiográfica da história da AML, ver o estudo de Maraliz de Castro Vieira Christo (1994, p. 14-54).

⁷ As referências sobre a série de conferências da Academia Mineira de Letras foram publi-

cadadas nas edições de 27 jun. 1919, p. 2; 25 jul. 1919, p. 2; 22 ago. 1919, p. 1; 26 set. 1919, p. 2; e 20 out. 1919, p. 2, de O Pharol.

⁸ Para a análise da trajetória do Conselho Superior de Instrução de Minas Gerais nos seus primeiros anos de atividade, ver o trabalho de Vera Lúcia Abrão Borges (1998).

⁹ O Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906, que aprovou e estabeleceu o Programa do Ensino Primário de Minas Gerais, estipulava que os conteúdos de História do Brasil voltados à instrução primária deveriam observar as seguintes diretrizes: 1) seleção dos conteúdos: “dos fatos e eventos da História nacional, deve-se selecionar o que houver de mais grandioso e importante, transmitindo-se, a princípio, em forma de anedotas e, posteriormente, em descrições e narrações simples, por meio de conversas com os alunos”; 2) formação cívico-patriótica: “apresentar poucas ideias, claramente expressas, com o objetivo de familiarizar as crianças com os fatos históricos do país, valorizar os grandes homens e inspirar o sentimento de pátria”; 3) material didático: “somente no 3º ano será permitida a adoção de um pequeno compêndio” (Minas Gerais, 1906, p. 105-149).

¹⁰ Os relatórios manuscritos das sessões do Conselho Superior de Instrução foram consultados no Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria do Interior, Série Instrução Pública, Subsérie Inspeção da Instrução, Caixa 4, Pacote 24 (APM/SI/DI, Cx. 04, Pc. 24). Trechos desses documentos, em geral, eram publicados no jornal Minas Geraes, nas seções dedicadas aos informes das atividades da Inspeção da Instrução, bem como nos relatórios semestrais que os governadores enviavam ao Congresso Mineiro. Nas citações e referências bibliográficas, indicamos a autoria do parecer/inquérito, seguida do respectivo título, conforme consta nos relatórios das sessões do Conselho Superior. Apenas nesta nota de rodapé mantivemos a notação desse conjunto documental, conforme aparece no guia de fundos e coleções do APM.

¹¹ Em nossas pesquisas não conseguimos localizar registros detalhados sobre a obra, tampouco sobre o seu autor.